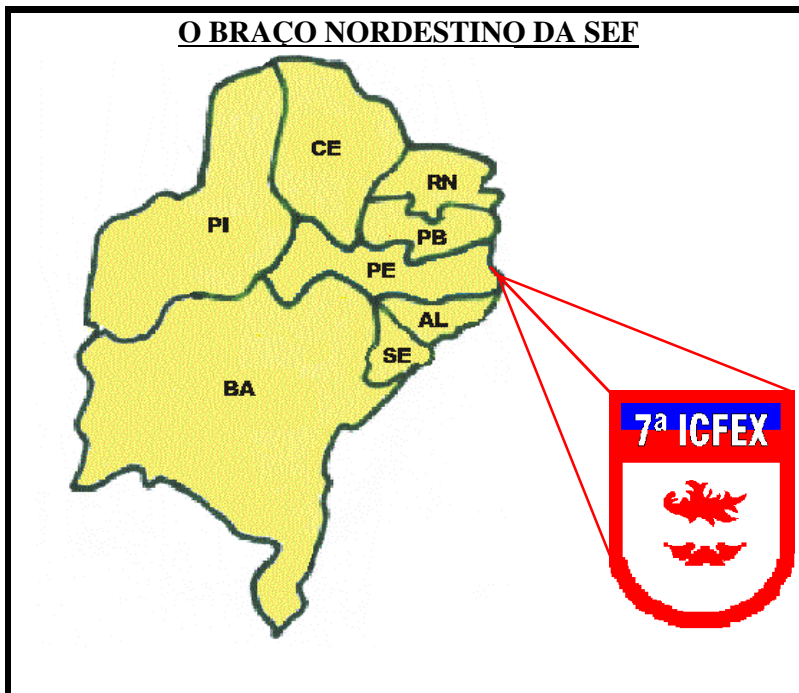




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 06
(30 DE JUNHO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFeX

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – Março/2007	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
b. Irregulares	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	2
a. <u>Execução Orçamentária</u>	2
- Controle da execução Orçamentária – Ofício Nº 009/026-Gab Sect/SEF, de 30 Jun 08.	3
b. <u>Execução Financeira</u>	4
c. <u>Execução Contábil</u>	4
1) Contas Contábeis	4
- Oficiais Tomadores de Contas - Designação	4
2) Patrimônio	5
3) Custos	5
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	5
e. <u>Pessoal</u>	6
- Estatutos do Idoso da Criança e do Adolescente – MSG SIAFI 2008/0723292, de 26/06/08, A/1-SEF.	6
- Acompanhamento e Controle de Pgtº de SC e Pensionistas – MSG SIAFI 2008/0728531, de 27/06/08, C PEX.	7
f. <u>Controle Interno</u>	8
- Julgados do TCU de maior interesse para as UG, publicados em Maio de 2008.	8
g. <u>Visita de Auditoria</u>	13
1) Plano de Inspeções e Visitas de Auditorias para o ano de 2008 - ERRATA	13
2) Plano Anual de Atividades de Auditorias (PAAA) - Alteração	13
2. Recomendações sobre Prazos	14
3. Soluções de Consultas	14
- Realização de Despesas da Operação Pipa	14
- Contratação temporária de pessoal civil	14
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	14
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	14
b. <u>Orientações</u>	14
1) Port. Interministerial Nº 165, de 20 Jun 08 – MSG SIASG Nº 047629, 25/06/08.	14
2) Transposição de Créditos – MSG SIAFI 2008/0692918, de 19/06/08 – SGS/DGO.	15
3) Súmula vinculante nº 5, de 16 Mai 08, do Supremo Tribunal Federal.	16
4) IN Nº 2-SLTI, de 30 Abr 08 – Orientações (Of Nº 099-Asse Jur – CMNE), 04/06/08.	17
5) Complemento de Soldo – Orientações Of Nº 123-Asse Jur 08 (A1/SEF), de 19/Mai/08.	18
6) Suprimento de Fundos – Novos procedimentos - MSG SIAFI 2008/0727909, de 27/06/08, da 7ª ICFEx	22
7) Exame de Pagamento de Pessoal – Orientações	23
8) Vinculação de ND/Subitens não tabelados, via SIDEC. MSG SIAFI 2008/ 0716929, de 25/06/08 – 7ª ICFEx.	24
9) Autorização para concessão de Suprimento de Fundo - MSG SIAFI 2008/ 0721952, de 25/06/08 – D Cont.	25
10) SISCUSTOS – Orientações Complementares – MSG SIAFI 2008/0646355, da 7ª ICFEx	26
11) Orientação SISCUSTOS – MSG SIAFI 2008/0728678, de 27/06/08, da D Cont.	27
12) Mensagens Expedidas	27
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Informações do tipo “Você sabia ...?”	28



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7^a INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7^a RM/1934)

1^a Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “MAIO/2008”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **MAIO/2008**.

Encontra-se **COM RESTRIÇÃO** a seguinte UG:

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
167033	19º BC

2^a Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

Nada a considerar

b. Irregulares

Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito, versando sobre Controle da Execução Orçamentária:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Of nº 009 a 026 - Gab Sect

Brasília, 30 de junho de 2008.

Do Secretário de Economia e Finanças

Ao Srs Ch ODG e ODS, Cmdo Mil A, CCOMSEx, CIE,
SGEx e Gab Cmt Ex

Assunto: controle da execução orçamentária

1. Trata o presente expediente de atividades de controle da execução do orçamento, com atuação sobre a legalidade dos atos praticados pelos agentes da administração das Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército.

2. Informo a V Exa que, no cumprimento das suas atribuições regimentais de controle interno, esta Secretaria tem constatado a ocorrência de possíveis **impropriedades** ou mesmo **despesas que, embora regulares, aparentam estar distantes da finalidade dos recursos recebidos, mormente aquelas relativas a destaques e convênios**, ocasionando questionamentos, seja por parte de órgãos externos (TCU e Ministério Público, por exemplo), seja pela mídia.

3. Em consequência, o Sr Comandante do Exército recomendou-me sejam repassadas as seguintes orientações especiais acerca do assunto:

a. quando do recebimentos dos recursos, **antes** de efetuar a **licitação** (quando for o caso) ou emissão de qualquer **empenho**, deverão os responsáveis da administração estudar atentamente:

- a **finalidade** do recurso concedido;
- a **descrição do projeto/atividade**; e
- as **despesas enquadradas nas ND específicas**.

b. durante todo o processo de execução da despesa, **empenho por empenho**, primar pelo **bom senso**, exercendo a **análise crítica** sobre **cada ato** administrativo praticado.

4. Incumbiu-me ainda o Sr Comandante do Exército de solicitar a V Exa que o teor do presente expediente seja objeto de difusão no âmbito de **todas** as organizações militares diretamente subordinadas, mesmo aquelas que não constituam Unidades Gestoras.

5. Informo a V Exa que, em caso de dúvida na correta e transparente utilização de recursos, esta Secretaria está à disposição das OM/UG para esclarecimentos, diretamente ou por intermédio de suas OMDS, em particular as **Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército**.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
Secretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil

1) Contas Contábeis

- OFICIAIS TOMADORES DE CONTA - Designação

Designo, a partir de 01 Jul 08, os oficiais abaixo desta ICFEx, para Tomadores de Contas e Auditores das UG vinculadas, conforme o quadro a seguir:

UNIDADES GESTORAS VINCULADAS A 7ª ICFEx

Nr ORDEM	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA	AUDITOR
01	160176	1º Gpt E Cnst	CAP LIMOEIRO	1º TEN RODNEY
02	160179	3ª D L		
03	160195	Cmdo CMNE		
04	160201	CRO/7		
05	160202	3º B E Cnst		
06	160203	2º B E Cnst		
07	160339	1º B E Cnst		
08	160343	7º BEC		
Nr Ordem	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA	AUDITOR
01	160041	40º BI	1º TEN CLÁUDIO	1º TEN NÓBREGA
02	160044	23º BC		
03	160045	25º CSM		
04	160046	C M F		
05	160047	Cmdo 10ª RM		
06	160049	10º D Sup		
07	160050	H Ge F		
08	160051	Pq R Mnt/10		
09	160184	10º Esq C Mec		
10	160185	14º B Log		
11	160187	21ª C S M		
12	160453	19ª C S M		
13	160454	28º BC		
Nr Ordem	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA	AUDITOR
01	160023	10ª Cia E Cmb	2º Ten EDVALDO	2º Ten DJEANE
02	160030	1ª Cia Inf		
03	160038	6º D Sup		
04	160084	C M R		
05	160177	71º BI Mtz		
06	160178	14º BI Mtz		
07	160180	4º B P E		
08	160183	72º BI Mtz		
09	160199	H Ge R		
10	160200	Pq R Mnt/7		
11	160342	24ª C S M		
12	160345	H Gu N		
13	160525	EsAEx/CMS		

Nr Ordem	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA	AUDITOR
01	160003	20ª C S M	2º Ten RENATA	Asp Of PAIVA
02	160004	59º BI Mtz		
03	160139	H Gu JP		
04	160172	16º R C Mec		
05	160173	31º BI Mtz		
06	160174	15º BI Mtz		
07	160175	23ª C S M		
08	160181	7º G A C		
09	160191	C P O R/R		
10	160194	Cmdo 7ª RM/7ª DE		
11	160198	7º D Sup		
12	160340	16º BI Mtz		
13	160344	Cmdo 7ª Bda Inf Mtz		
Nr Ordem	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA	AUDITOR
01	160028	35º BI	2º Ten RAQUEL	Asp Of CLEYTON
02	160029	18ª CSM		
03	160032	17ª CSM		
04	160033	19º BC		
05	160034	4ª Cia Gd		
06	160036	Cmdo 6ª RM		
07	160039	H Ge S		
08	160040	Pq R Mnt/6		
09	160188	4º B Com		
10	160193	Cmdo 10ª Bda Inf Mtz		
11	160204	25º BC		
12	160205	26ª C S M		
13	160341	17º GAC		

(Transcrito da Nota para BINFO N° 005-S3/Aud, de 03 Jun 08)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio

Nada a considerar

3) Custos

Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

Nada a considerar

e. Pessoal**1) Estatutos do Idoso da Criança e do Adolescente – A/1 – SEF.****MSG SIAFI:** 2008/0723292, DE 26/06/08, da A/1 - SEF.**ASSUNTO:** ESTATUTOS DO IDOSO E DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A/1-SEF

1. A PRESENTE MENSAGEM DIZ RESPEITO À APLICAÇÃO, NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, DAS LEIS Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - ESTATUTO DO IDOSO - E Nº 8.069, DE 3 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

2. COM RELAÇÃO AO ASSUNTO, AMBOS OS DISPOSITIVOS SÃO SUFICIENTEMENTE CLAROS QUANTO AO TRATAMENTO AOS CIDADÃOS ENQUADRADOS NAS SITUAÇÕES ALI PREVISTAS.

3. NO ENTANTO, RECOMENDA-SE A TODOS OS COMANDANTES, CHEFES E DIRETORES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES ESPECIAL ATENÇÃO:

A. À NECESSIDADE DE SE EVIDENCIAR PRECEDÊNCIA AO IDOSO NO QUE TANGE À CELERIDADE E PRIORIDADE A SER DADA QUANDO DA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO DO SEU INTERESSE, DEVENDO-SE, INCLUSIVE, ANOTAR-SE ESSA CIRCUNSTÂNCIA EM LOCAL VISÍVEL NOS AUTOS DO PROCESSO. TAL DEVERÁ OCORRER MEDIANTE REQUERIMENTO DA PARTE COM DOCUMENTO PROBATÓRIO DE SUA CONDIÇÃO DE IDOSO. A PRIORIDADE IRÁ SE CARACTERIZAR COM A APOSIÇÃO, NA CAPA DOS AUTOS, DE ETIQUETA OU CARIMBO VISÍVEL, COM AS SEGUINTE PALAVRAS: **PREFERÊNCIA - IDOSO**;

B. À OBSERVÂNCIA DE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DA INTIMIDADE, IDENTIDADE E VIDA PRIVADA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NOS DIVERSOS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR.

4. EM CONSEQUÊNCIA, PARA CUMPRIR O PREVISTO NOS REGIMENTOS MENCIONADOS, CADA ORGANIZAÇÃO MILITAR DEVERÁ ADOTAR O PROCEDIMENTO MAIS ADEQUADO À SUA REALIDADE.

5. OUTROSSIM, SOLICITO AOS OD DE UNIDADES GESTORAS QUE TENHAM ORGANIZAÇÕES MILITARES VINCULADAS QUE TRANSMITAM ESTA MENSAGEM AOS RESPECTIVOS COMANDANTES, CHEFES OU DIRETORES.

BRASILIA - DF, 26 DE JUNHO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS

"É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Acompanhamento e Controle de Pagamento de Servidor Civil e Pensionistas

MSG SIAFI: 2008/0728531, de 26/06/08, do C PEX.

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE PAGAMENTO DE SERVIDOR CIVIL E PENSIONISTAS
DO CHEFE DO CPEX

TODAS AS UNIDADES COM ENCARGOS DE PAGAMENTO DE SERVIDORES CIVIS E PENSIONISTAS.

S2.C/CPEX, DE 27 JUN 08.

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE O PAGAMENTO DE SERVIDOR CIVIL DA ATIVA, INATIVOS E PENSIONISTAS.

2. VISANDO PERMITIR QUE AS UGS EXECUTEM UM MELHOR ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOBRE OS LANÇAMENTOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIAPE), REFERENTE AO PAGAMENTO DOS SERVIDORES CIVIS, ESTE CENTRO SOLICITA A TODOS OS ORDENADORES DE DESPESAS (OD), QUE SIGAM OS PROCEDIMENTOS ABAIXO:

A. TODOS OS REGISTROS PARA LANÇAMENTO NO SIAPE DEVEM CONSTAR NOS FORMULÁRIOS DOS CAPEADORES, COM A AUTORIZAÇÃO DO OD E DO CHEFE DE PAGAMENTO DE PESSOAL, SENDO OBRIGATÓRIO O ARQUIVOS DOS MESMOS PARA FINS DE INSPEÇÃO;

B. SOMENTE APÓS A AUTORIZAÇÃO DO OD, OS REGISTROS PODERÃO SER INSERIDOS NO SIAPE OU REMETIDOS AO CPEX PARA OS DEVIDOS LANÇAMENTOS, POR INTERMÉDIO DE CAPEADORES;

C. APÓS O FECHAMENTO DO CALENDÁRIO MENSAL PARA LANÇAMENTO DE DADOS NO SIAPE, A UG DEVERÁ AGUARDAR A ABERTURA DO SISTEMA PARA IMPRIMIR E ANALISAR O DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COMO PESSOA (DDP), OBTIDO POR MEIO DA TRANSAÇÃO >GRCOFINDDP;

D. ARQUIVAR O DDP COM O VISTO DO OD E DO CHEFE DA SEÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL NO ARQUIVO DA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO, FICANDO À DISPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO;

E. AS UGS PODERÃO IDENTIFICAR NA FICHA FINANCEIRA E NO CADASTRO SE OS LANÇAMENTOS PROCESSADOS NA UG OU OS ENVIADOS AO CPEX FORAM DIGITADOS E ACEITOS PELO SIAPE, POR MEIO DAS TRANSAÇÕES: >CDCOINDFUN, FPCOFICHA, CDCOINDPES, CAIASERVID, CDALPSBENE E PFCOPSFICF.

BRASÍLIA - DF, 27 DE JUNHO DE 2008.

GEN BDA JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno**6) Julgados e normas do TCU de maior interesse para as UG publicados em maio de 2008:**

- **Assuntos:** CORRUPÇÃO e LICITAÇÕES. DOU de 04.08.2006, S. 1, p. 112. Ementa: o TCU determinou ... que, nas licitações, verificasse junto aos sistemas SICAF, SIASG, CNPJ e CPF, estes dois últimos administrados pela Receita Federal, o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame (item 9.6.1, TC-021.203/2003- 0, Acórdão nº 2.136/2006-TCU-1ª Câmara);

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 02.05.2008, S. 1, p. 117. Ementa: o TCU determinou ...que, em procedimentos licitatórios, se abstinhasse de expedir edital exigindo que o participante vencedor de um determinado item ficasse proibido de apresentar propostas para os demais itens licitados, por restringir a possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, além de contrariar os princípios da isonomia, legalidade e igualdade, bem como o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (item 1.2, TC- 014.792/2007-0, Acórdão nº 1.046/2008-TCU-2ª Câmara);

- **Assunto:** TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 02.05.2008, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ... que, quando de licitação com vistas à contratação de mão de obra terceirizada, se abstinhasse de exigir, no instrumento convocatório, a concessão aos empregados contratados de benefícios adicionais ao legalmente estabelecido, por representar interferência indevida na política de pessoal da empresa privada e representar ônus adicional à Administração, sem contrapartida de benefício direto (item 1, TC- 004.797/2008-0, Acórdão nº 1.049/2008-TCU-2ª Câmara);

- **Assuntos:** CONTRATOS, COOPERATIVAS, LICITAÇÕES, LIMPEZA, PROJETO BÁSICO, SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES, SLA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA, VIGILÂNCIA, etc. Instrução Normativa/SLTI-MP nº 02, de 30.04.2008 (DOU de 02.05.2008, S. 1, ps. 91 a 98) – dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), regulamentando o Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, e substituindo a IN/MARE nº 18, de 22.12.1997. Principais inovações da IN/SLTI nº 02/2008: a) os serviços devem ser mensurados por resultados e não devem ser caracterizados como fornecimento de mão-de-obra; b) serviços distintos devem ser licitados separadamente, com a celebração de contratos independentes; c) só é possível agrupar serviços distintos em lotes (empreitada de preço global) quando houver necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, gerenciamento centralizado ou implicar vantagem para a Administração, justificadamente; d) é obrigatória a segregação das funções de executor e fiscalizador; e) traz princípios e vedações para a contratação de terceirização; f) traz regras sobre a contratação de cooperativas ou organizações sociais; g) regulamenta a pré-contratação (planejamento e construção do Projeto Básico e do Edital), a licitação (julgamento das propostas) e a pós-contratação (repactuação, fiscalização e transição contratual); h) regulamenta o Acordo de Níveis de Serviços, como forma de verificação dos resultados para o pagamento; i) traz critérios para a verificação da exequibilidade das propostas de preços; j) apresenta novas produtividades de referência para o serviço de limpeza e conservação (600 m² - área interna e 1200 m² - área externa); l) traz orientações para a fiscalização contratual;

- **Assunto:** IMÓVEIS. DOU de 05.05.2008, S. 1, p. 69. Ementa: o TCU determinou ... que se abstinhasse de contratar a execução de obras e serviços a serem realizados em imóveis cuja regularização patrimonial, em nome da União, estivesse pendente de resolução definitiva (item 9.2.8, TC- 13.526/2004- 4, Acórdão nº 790/2008-TCU - Plenário);

- **Assunto:** PROJETO EXECUTIVO. DOU de 05.05.2008, S. 1, ps. 70 e 71. Ementa: o TCU determinou ... que exigisse – em situações excepcionais nas quais não fosse possível prever todas as particularidades da obra que interferissem diretamente na elaboração dos projetos executivos de instalação de canteiro de obras e acampamento – que as empresas apresentassem os comprovantes de despesas em que tivessem incorrido, em face da adoção de soluções alternativas que suprissem a finalidade dos itens descritos em projeto, e verificasse a adequabilidade da verba contratual prevista para o item "instalação de canteiro de obras e acampamento" aos custos efetivamente despendidos pelas empresas contratadas, adotando, se fosse o caso, medidas compensatórias com vistas ao ressarcimento das rubricas porventura pagas sem a respectiva contraprestação (item 9.8.1, TC-008.496/2006-9, Acórdão nº 798/2008-TCU - Plenário);

- **Assunto:** PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 05.05.2008, S. 1, p. 73. Ementa: o TCU determinou ... que orientasse os funcionários encarregados dos processos licitatórios com vistas a que, na condução de pregões eletrônicos, observassem o que dispõe o Decreto nº 5.450/2005, submetendo à autoridade competente os recursos apresentados (de forma imediata e motivada) quando o pregoeiro mantiver sua decisão (item 9.2.3, TC-015.493/2007-5, Acórdão nº 808/2008-TCU - Plenário);

- **Assunto:** DOAÇÃO. DOU de 05.05.2008, S. 1, p. 76. Ementa: o TCU determinou ... que somente aceitasse doações de mercadorias provenientes de apreensões da Receita Federal quando estas pudessem ser efetivamente destinadas à utilização/consumo em atividades regulares [da UG]; bem como que adotasse providências no sentido de apurar a destinação dada às mercadorias relativas a um Ato da [Receita Federal], de 2006, não localizadas na entidade, inclusive no que diz respeito a eventuais desvios, com vistas a buscar a reparação dos prejuízos causados, bem como o motivo da falta de controles de movimentações e da ausência de registro no almoxarifado da instituição, atentando para o fato de que fora constituída comissão encarregada do recebimento e da guarda das mercadorias, conforme ordem de serviço específica (itens 1.5 e 1.6, TC-003.871/2008-5, Acórdão nº 1.240/2008-TCU-1ª Câmara);

- **Assunto:** PERMISSÃO DE USO. DOU de 05.05.2008, S. 1, p. 100. Ementa: o TCU determinou ... que procedesse à regularização de todos os termos de permissão de uso dos espaços explorados comercialmente por terceiros particulares no âmbito da ..., avaliando, em cada caso, a legalidade das avenças e mesmo a conveniência e oportunidade de mantê-las, adotando providências efetivas para se ressarcir dos débitos referentes às taxas de ocupação e ressarcimento das despesas suportadas pela ... pelo consumo de água, força e luz, cumprindo rigorosamente os dispositivos previstos nos Termos de Permissão de Uso, de modo a não permitir novas inadimplências e caracterizar a irregularidade prevista no art. 10, inc. II, da Lei 8.429/1992, bem como observasse, no caso de novas permissões e autorizações, as normas licitatórias aplicáveis (item 9.3.7, TC-008.822/2002-4, Acórdão nº 1.378/2008-TCU-1ª Câmara);

- **Assunto:** LIQUIDAÇÃO. DOU de 05.05.2008, S. 1, p. 100. Ementa: o TCU determinou ... que regulasse o ato de atestação da execução dos contratos, com vistas à legal e legítima liquidação das despesas, definindo em cada caso o responsável pela atestação da execução do objeto, fosse o fiscal a que se refere o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, ou outro agente qualquer da Administração, visando à correta definição de responsabilidade pelo ato de liquidação previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 63, evitando participações inopinadas de pessoas não autorizadas (item 9.3.12, TC-008.822/2002-4, Acórdão nº 1.378/2008-TCU-1ª Câmara);

- **Assuntos:** ALMOXARIFADO e RISCO. DOU de 09.05.2008, S. 1, p. 96. Ementa: o TCU determinou ... que evitasse a remessa para recarga, de uma só vez, de todos os extintores existentes no almoxarifado da instituição, reduzindo o risco de que um eventual incêndio pudesse destruir o almoxarifado e seus produtos, visto que diversos dos itens armazenados são de fácil combustão, atendendo, assim, às condições de armazenagem preconizadas no subitem 4.1, alínea "a", da IN/SEDAP nº 205/1988 (item 9.2.8, TC-800.082/1998-2, Acórdão nº 1.425/2008-TCU-1ª Câmara);

- **Assuntos:** DISPENSA DE LICITAÇÃO e PUBLICIDADE. DOU de 14.05.2008, S. 1, p. 79. Ementa: o TCU determinou ... que atentasse para as exigências contidas no art. 7º, inc. I, c/c o § 9º da Lei nº 8.666/1993, e art. 10 do Decreto nº 4.799/2003 (sobre a comunicação de governo do Poder Executivo Federal), no tocante à identificação do objeto específico a ser atendido durante a contratação emergencial (item 9.2.3, TC-001.512/2006-2, Acórdão nº 837/2008-TCU-Plenário);

- **Assuntos:** CONTRATOS e REGULARIDADE FISCAL. DOU de 14.05.2008, S. 1, p. 79. Ementa: o TCU determinou ... que: a) exigisse, a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, em observância ao art. 195, § 3º, da Constituição Federal, e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993; b) comunicasse à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade fiscal observada na execução dos contratos sob sua responsabilidade (itens 9.2.4 e 9.2.5, TC-001.512/2006-2, Acórdão nº 837/2008-TCU-Plenário);

- **Assunto:** REGULARIDADE FISCAL. DOU de 14.05.2008, S. 1, p. 80. Ementa: o TCU firmou o entendimento, aplicável a todos os órgãos/ entidades da Administração Pública Federal, no sentido da inclusão, em editais e contratos de execução continuada ou parcelada, de cláusula que estabelecesse a possibilidade de subordinação do pagamento à comprovação, por parte da contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/1995 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.3, TC-001.512/2006-2, Acórdão nº 837/2008-TCU-Plenário);

- **Assunto:** CONTRATOS. DOU de 14.05.2008, S. 1, p. 81. Ementa: o TCU determinou ... que adotasse as providências necessárias com vistas a garantir a presença permanente da fiscalização dos contratos porventura firmados com a ..., designando, inclusive, o substituto eventual ao servidor responsável pela fiscalização (item 9.2.2, TC-007.223/2007-5, Acórdão nº 843/2008-TCU-Plenário). Chamamos a atenção da comunidade do EGP para os arts. 31 a 35, e Anexo IV, da IN/SLTI-MP nº 02, de 30.04.2008 (DOU de 02.05.2008, S. 1, ps. 93, 94 e 97), os quais tratam do acompanhamento e fiscalização da execução de contratos;

- **Assunto:** REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 15.05.2008, S. 1, p. 114. Ementa: o TCU determinou ... que fizesse constar, nas contratações realizadas mediante adesão a ata de registro de preços, nos respectivos processos realizados: a) que a contratação a ser procedida fosse acompanhada de justificativa que atendesse ao interesse da Administração, sobretudo quanto aos valores praticados; b) justificativa contendo o diagnóstico da necessidade de aquisição; c) ampla pesquisa de mercado, em equipamento equivalente ou similar (item 1.1.3, TC-012.294/2006-0, Acórdão nº 1.219/2008-TCU-2ª Câmara);

- **Assunto:** VEÍCULOS. DOU de 16.05.2008, S. 1, p. 101. Ementa: o TCU determinou ... que observasse a garantia de fábrica em veículos novos da frota pertencente à ..., realizando as revisões periódicas nos prazos estabelecidos, previstos nos manuais de manutenção e garantias (item 1.5, TC - 015.341/2006-5, Acórdão nº 863/2008-TCU- Plenário);

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 16.05.2008, S. 1, p. 129. Ementa: o TCU determinou ... que deixasse de contemplar em seus editais requisitos de habilitação de regularidade fiscal que estabelecessem restrições injustificadas à competitividade do certame, a exemplo de certidões de regularidade sindical, negativa de débito salarial e negativa de infrações trabalhistas, consoante entendimentos firmados pela Corte de Contas no Acórdão nº 1.979/2006-TCU - Plenário, entre outros (item 9.5.7, TC-017.568/2005-0, Acórdão nº 1.544/2008-TCU-1ª Câmara);

- **Assunto:** TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 113. Ementa: o TCU determinou à ... que, na execução dos contratos de prestação de serviço, se abstinhasse de alocar os empregados terceirizados em atividades ou setores alheios aos previstos no contrato (item 9.2.1, TC-007.791/2004-8, Acórdão nº 1.382/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** CONVÊNIOS. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 115. Ementa: o TCU determinou a um município que, ao aplicar recursos federais transferidos mediante convênio, se constatada a impossibilidade de dar cumprimento integral ao objeto acordado, solicitasse previamente a anuência e a aprovação do órgão transferidor dos recursos para reformulação do plano de trabalho originalmente pactuado, em atendimento ao disposto no art. 15, § 2º, da IN/STN-MF nº 01/1997 (item 9.2, TC- 016.007/2005-3, Acórdão nº 1.398/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** CONVÊNIOS. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 121. Ementa: o TCU determinou à ... que cuidasse para que os convênios firmados pela... fossem formalizados com todas as peças exigidas pela IN/STN-MF nº 01/1997, evitando falhas dos tipos: a) ausência de aprovação do plano de trabalho pelo concedente; b) ausência de exame prévio da minuta do convênio e aprovação pelo setor técnico e pela assessoria jurídica da Unidade; c) ausência de publicação no DOU (item 9.8.15, TC-011.840/2004-0, Acórdão nº 1.418/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assuntos:** ALMOXARIFADO e RISCO. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 121. Ementa: o TCU determinou à ... que providenciasse instalações adequadas para os almoxarifados, a fim de evitar riscos de incêndios e outras intempéries, conforme determina a IN/SEDAP nº 205/1988 (item 9.8.31, TC-011.840/2004-0, Acórdão nº 1.418/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** VEÍCULOS. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 123. Ementa: o TCU determinou à ... que atentasse para o correto preenchimento dos Boletins de Transporte Diários, em especial quanto ao objetivo da utilização dos veículos, número do documento e o setor que solicitou a liberação do veículo, nome do motorista condutor ou pessoa credenciada para dirigir, a equipe de fiscalização transportada, itinerário, os retornos diários, no caso de viagens para a região do entorno, quilômetros rodados diariamente e consumo de combustível (item 9.7.2, TC-007.127/2004-4, Acórdão nº 1.428/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 124. Ementa: o TCU determinou à ... que implementasse medidas de planejamento das contratações de serviços, de forma que os processos licitatórios para novas contratações fossem formalizados em tempo hábil, com vistas a evitar dispensas indevidas de licitação, embasadas no inc. IV, art. 24 da Lei nº 8.666/1993, bem como pagamentos sem a devida cobertura contratual (item 9.7.4, TC-007.127/2004-4, Acórdão nº 1.428/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** PESSOAL. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 131. Ementa: o TCU recomendou à ... que: a) observasse, quando fosse o caso, a proporcionalidade dos proventos constantes do cadastro dos servidores na rotina de cálculo da GDATA e de outras gratificações não baseadas no vencimento básico; b) orientasse as unidades de pessoal sob sua supervisão que as vantagens referidas na letra “a” devem ser proporcionalizadas sempre que assim exigirem os fundamentos legais do benefício, esclarecendo que é ilegal o pagamento integral de tais parcelas quando os proventos fossem calculados de forma proporcional (itens 9.5.1 e 9.5.2, TC-009.408/2007-9, Acórdão nº 1.454/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 29.05.2008, S. 1, p. 131. Ementa: o TCU determinou à ... que, nas licitações para execução de obras e serviços, quando adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, fornecesse obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes pudessem elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, em observação ao que dispõe o art. 47, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.2, TC-029.356/2006-0, Acórdão nº 1.458/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 26.05.2008, S. 1, p. 54. Ementa: o TCU determinou à ... que observasse, quando da constituição de comissões com quaisquer finalidades, o instituto da segregação de funções, conforme determina o subitem IV, item 3, seção VIII, capítulo VII da Instrução Normativa/SFC nº 01, de 06.04.2001 (“IV. segregação de funções - a estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio”), a qual definiu diretrizes, princípios, conceitos e aprovou normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no denominado Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (item 1.1.5, TC-008.574/2004-0, Acórdão nº 1.283/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assunto:** PESSOAL. DOU de 26.05.2008, S. 1, p. 59. Ementa: o TCU determinou à ... que observasse as normas que regem as contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, em especial os arts. 2º, § 1º, 3º, 5º, da Lei nº 8.745/1993 e suas alterações posteriores e o art. 3º, c/c o art. 1º, inc. VII, da Lei nº 8.730/1993 no tocante à apresentação de declaração de bens e renda pelos servidores temporários admitidos (item 9.2.1, TC-000.997/2007-5, Acórdão nº 1.313/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assuntos:** PESSOAL e PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. DOU de 26.05.2008, S. 1, p. 60. Ementa: o TCU determinou à ... a adoção de providências para a restituição, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, dos valores indevidamente pagos a uma pessoa física a título de vantagem do art. 193 do diploma legal mencionado, observada a prescrição qüinqüenal (item 9.4.2, TC-003.774/2003-0, Acórdão nº 1.318/2008-TCU-2ª Câmara).

- **Assuntos:** CONVÊNIOS e TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 154. Ementa: o TCU informou a um deputado federal que, nos termos do art. 5º, § 1º, da IN/STN-MF nº 01/1997, a inscrição de órgão ou entidade no cadastro de inadimplentes de convenentes do SIAFI é de competência do órgão concedente dos recursos, sendo que aquele Tribunal de Contas da União somente poderia determinar a respectiva baixa da responsabilidade apurada, nos termos do disposto no art. 38, § 2º, inc. II, alínea “a”, daquela Instrução Normativa do Tesouro Nacional, ou seja, quando houvesse comprovação da regular aplicação dos recursos conveniados ou, ainda, quando comprovado o recolhimento do débito junto ao concedente, estando a devida tomada de contas especial (TCE) em apreciação no âmbito do TCU (TC-031.548/2007-4, Acórdão nº 912/2008-TCU-Plenário).

- **Assunto:** PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 157. Ementa: o TCU determinou à ... , que, por ocasião da realização de licitações na modalidade de pregão eletrônico: a) mantivesse uniformidade na descrição de itens contidos no edital do pregão em relação ao registrado no sistema COMPRASNET; b) reabrisse o prazo inicialmente estabelecido quando houvesse alteração do edital que afetasse a formulação de propostas, nos termos do art. 20 do Decreto nº 5.450/2005; c) se abstivesse de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (itens 9.3.1, 9.3.2 e 2º 9.3.2, TC-003.781/2008-6, Acórdão nº 930/2008-TCU-Plenário).

- **Assunto:** TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 158. Ementa: o TCU determinou ao ... que deixasse de conceder diárias ou realizar despesas com estada e transporte aos profissionais contratados para prestação de serviços técnicos, pois tais custos devem estar incluídos nas propostas apresentadas pelos licitantes (item 9.4.4, TC-012.134/2005-8, Acórdão nº 933/2008-TCU - Plenário).

- **Assunto:** DIÁRIAS. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 158. Ementa: o TCU determinou ao ... que se abstivesse de conceder diárias para o desempenho de funções na sede da entidade, local onde os empregados devem originariamente exercer suas atividades, ante a ausência de amparo legal (item 9.4.5, TC-012.134/2005-8, Acórdão nº 933/2008-TCU-Plenário).

- **Assuntos:** CONTRATOS e LIQUIDAÇÃO. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 166. Ementa: o TCU determinou ao ... que: a) observasse a necessidade de existência de comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço para o atesto das despesas, conforme dispõe o art. 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; b) nos casos de restituição de recursos ao órgão, orientasse os interessados a efetivarem o recolhimento diretamente na Conta Única do Tesouro (itens 1.1 e 1.2, TC-019.228/2007-4, Acórdão nº 1.572/2008-TCU-1ª Câmara).

- **Assunto:** CONTRATOS. DOU de 23.05.2008, S. 1, p. 169. Ementa: o TCU determinou à ... que envidasse esforços para solucionar problema ocorrido no âmbito de um contrato administrativo, de modo a resguardar os interesses públicos envolvidos, tendo em vista ter a empresa contratada ingressado contra a ... com ação judicial de cobrança, cumulada com indenização por perdas e danos morais por quebra do referido contrato (item 9.2.2, TC-014.572/2006-8, Acórdão nº 1.591/2008-TCU-1ª Câmara).

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. Visita de Auditoria

1) Plano de Inspeções e Visitas de Auditorias para o ano de 2008 - ERRATA

- Esta chefia **republica** o Plano de Inspeções e Visitas de Auditorias (PIVA) para o ano de 2008, o qual consta na Página Nº 9 do BINFO Nº 05, de 30 Abr 08, desta Inspetoria, tendo em vista ter sido publicado com incorreção conforme quadro abaixo:

UG – OM SIGLA	LOCAL	DATAS
Pq R Mnt/10 e 40º BI	Fortaleza-CE / Crateús-CE	04 a 09 Mai 08
4ª Cia Gd / 17ª CSM / 6º D Sup	Salvador-BA	11 a 16 Mai 08
Pq R Mnt/6 / 19º BC / EsAEx		
10ª Cia Eng	Belo Jardim - PE	25 a 31 Mai 08
71º BI Mtz	Garanhus - PE	
1ª Cia Inf	Paulo Afonso - BA	
23º BC / 25ª CSM / H Gu F	Fortaleza - CE	01 a 06 Jun 08
31º BI Mtz	Campina Grande - PB	15 a 20 Jun 08
16º R C Mec	João Pessoa - PB	
59º BI Mtz / 20ª CSM	Maceió - AL	07 a 11 Jul 08
15º BI Mtz / 1º Gpt Eng	João Pessoa - PB	14 a 18 Jul 08
1º BEC	Caicó - RN	21 a 25 Jul 08
7º BE Cnst / 24ª CSM	Natal - RN	28 Jul a 01 Ago 08
2º BE Cnst / 26ª CSM	Teresina - PI	03 a 08 Ago 08
72º BI Mtz	Petrolina - PE	10 a 15 Ago 08
Obras do Rio São Francisco	Cabrobó - PE	
23ª CSM / H Gu JP	João Pessoa - PB	11 a 15 Ago 08
H Ge S	Salvador - BA	10 a 15 Ago 08
35º BI Mtz	Feria de Santana - BA	
25º BC	Teresina - PI	31 Ago a 05 Set 08
3º BE Cnst	Picos - PI	
H Gu N/ 16º BI Mtz/ 17º GAC/ 7ª Bda Inf Mtz	Natal - RN	21 a 26 Set 08
19ª CSM / 28º BC	Aracajú - SE	28 Set a 03 Out 08
6ª RM	Salvador - BA	12 a 17 Out 08
18ª CSM	Ilhéus - BA	
10ª RM / CMF / 10º D Sup	Fortaleza - CE	26 a 31 Out 08
Visita às Obras da BR 101 e o novo Aeroporto de Natal	Natal - RN	24 a 28 Nov 08

(Transcrito da Nota para BINFO Nº 004, de 30 Abr 08)

2) Plano Anual de Atividades de Auditorias (PAAA) - Alteração

- Autorizo a mudança ao PAAA (UG fora de sede) conforme especificações abaixo:

7ª ICFEx		
UG a ser visitada	Período previsto	Novo período
7º BE Cnst / 24ª CSM	28 Jul a 01 Ago 08	04 a 08 Ago 08

(Transcrito do BI da SEF Nº 115, de 24 Jun 08)

2. Recomendações sobre Prazos

Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Realização de despesas da Operação Pipa

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of Nº 031-A/2-SEF, de 24 Abr 2008.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre realização de despesas da Operação Pipa.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “A”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

b. Contratação temporária de pessoal civil

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of Nº 056-A/2-SEF, de 16 Jun 2008.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre a supervisão do processo de contratação temporária de pessoal civil.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “B”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	Onde Encontrar	Observações
Portaria 011-SEF, de 16.06.2008 – Revoga a Portaria nº 002-SEF, de 27 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, no Âmbito do Comando do Exército.	BE nº 25 de 20 Jun 08	Tomar conhecimento
Portaria 012-SEF, de 16.06.2008 – Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal e da Conta Corrente Tipo “B”, Âmbito do Comando do Exército.	BE nº 25 de 20 Jun 08	Tomar conhecimento
Portaria 234 Cmt, de 17.04.2008 - Atribui ao Departamento de Engenharia e Construção a supervisão do processo de contratação temporária de pessoal civil das organizações militares de engenharia do Exército, no ano de 2008.	http://www.8icfex.eb.mil.br/legislacao.htm	Tomar conhecimento

b. Orientações

1) Portaria Interministerial Nº 165, de 20 de junho de 2008

MSG SIASG NR 047629, DE 25 DE JUNHO DE 2008. DLSG/SIASG/DF

EMISSORA: DLSG/SIASG/DF

TEXTO: SENHORES (AS),

INFORMAMOS QUE FOI PUBLICADA NO D.O.U DE 23 DE JUNHO DE 2008, A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 165/2008, DE 20 DE JUNHO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE, DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 13, DO DECRETO NÚMERO 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORIENTAMOS A TODAS AS UNIDADES QUE CELEBRAM CONVÊNIOS TOMAREM CIÊNCIA DESTA PORTARIA INTERMINISTERIAL.

ATENCIOSAMENTE
MP/SLTI/DLSG
SUSTENTAÇÃO OPERACIONAL

2) Transposição de Crédito**MSG SIAFI 2008/0692918, DE 19 DE JUNHO DE 2008, SGS/DGO - 160073****EMISSORA: SGS/DGO - 160073****REF: MSG 2008/0584583, DE 26 MAI 08, DESTA DIRETORIA.**

1. INFORMO AOS SRS OD QUE AS TRANSPOSIÇÕES AUTORIZADAS NA MENSAGEM DA REFERÊNCIA, NÃO INCLUEM O ATENDIMENTO DE DESPESAS COM CONTRATOS (PI I3DACONTXXXX), FESTIVIDADES E HOMENAGENS (SOMENTE MEDIANTE AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA) OU ASSINATURA DE JORNAIS OU REVISTAS (PI I3FUNPERI).

2. LEMBRO, AINDA, QUE OS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS DEVERÃO ATENDER SOMENTE A VIDA VEGETATIVA DAS OM (CONFORME QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DA AÇÃO 2000 POR PI, ND E SI CONSTANTE DO Nº 8 DO CAP III DAS ORIENTAÇÕES AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO - EDIÇÃO 2007).

3. RESSALTO A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CRITERIOSA DA DECISÃO DOS GASTOS, COM A PRIORIDADE NA REALIZAÇÃO DE DESPESAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES PRINCIPAIS DA VIDA ADMINISTRATIVA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR.

4. INFORMO, AINDA, AOS SRS OD QUE, EM VIRTUDE DAS RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA AÇÃO 2000 DO PAA, E AS DIFICULDADES PARA OBTENÇÃO DO DESCONTINGENCIAMENTO E DO CRÉDITO ADICIONAL JÁ SOLICITADO, A ADMINISTRAÇÃO DA UG DEVERÁ EXERCER RÍGIDO CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS, TENDO EM VISTA A POUCA FLEXIBILIDADE QUE ESTA DIRETORIA POSSUI, NO MOMENTO, PARA ATENDER SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ALTERAÇÕES DE TETO, ETC.

BRASILIA - DF, 19 DE JUNHO DE 2008.**GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO****DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Súmula vinculante nº 5, de 16 de maio de 2008, do Supremo Tribunal Federal:

Manaus, 19 de maio de 2008. - Of nº 132-Sv Pol.6/CMA-Circular - Do Subchefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia - Ao Sr Chefe da 12^a Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército - Assunto: Súmula vinculante nº 5, de 16 de maio de 2008, do Supremo Tribunal Federal - Anexos: extrato de pesquisa de jurisprudência do STF. - 1. O presente expediente versa sobre procedimento a ser adotado nos processos administrativos disciplinares, tendo em vista a edição da nova súmula vinculante nº 5, de 16 de maio de 2008, do Supremo Tribunal Federal (STF). - 2. Em atenção ao assunto em tela, incumbiu-me o Sr Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia de encaminhar a V Sa o documento anexo, informando que, em que pese a súmula mencionar “*a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição*”, continua sendo necessário assegurar ao sindicato/acusado/indiciado ou processado administrativamente em geral, o direito de ser acompanhado por advogado, se assim desejar, tendo em vista a manutenção do Princípio do contraditório e ampla defesa. - 3. Outrossim, informo a V Sa que a súmula vinculante nº 5, do STF, somente retirou a obrigatoriedade da presença do advogado, contida na súmula nº 343. do Supremo Tribunal de Justiça (“*É obrigatória a presença de advogado em todas as fases de processo administrativo disciplinar.*”), no entanto, caso o sindicato/acusado/indiciado ou processado administrativamente em geral se assim desejar, deverá ser acompanhado de advogado constituído ou nomeado pelo mesmo.- FRANCISCO CARLOS SANTOS CERQUEIRA – Cel – Sch EM CMA.

Anexo**Súmula Vinculante 5**

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

Data de Aprovação

Sessão Plenária de 07/05/2008

Fonte de Publicação

Dje 88/2008, p. 1, em 16/05/2008

DO de 16/05/2008, p. 1.

Referência Legislativa

Constituição Federal de 1988, art. 5º, LV.

Precedente

RE 434059

Publicação: (acórdão pendente de publicação)

AI 207197 AgR

Publicação: DJ de 24/3/1998

RE 244027 AgR

Publicação: DJ de 28/3/2002

MS 24961

Publicação: DJ de 24/11/2007

Indexação

Ausência, Defesa Técnica, Advogado, Processo Administrativo, Inocorrência, Ofensa, Constituição Federal.

(Transcrito do BINFO Nº 05 da 12^a ICFEx, de 30 Mai 08)

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

4) Instrução Normativa Nº 2-SLTI, de 30 Abr 08: – Orientações

- Esta Inspeção recebeu do CMNE, o Ofício abaixo transcrito, versando sobre Instrução Normativa Nº 2-SLTI:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

**Of nº 099 – Asse Jur – CMNE
CIRCULAR**

Brasília, 04 de junho de 2008.

Do Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do
Nordeste (CMNE)

Ao Sr Comandante/Chefe do(a): 4º BPE, 4º B Com,
CMR, CPOR/R, 3ª DL, 7ª ICFEx

Assunto: Instr. Normativa Nº 2-SLTI, de 30 abr 08

1. Versa o presente expediente sobre Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que regula no âmbito do Governo Federal a contratação de serviços, continuados ou não.

2. Considerando que as contratações de serviços, deverão seguir o estabelecido nesta instrução, incumbiu-me o Sr Comandante Militar do Nordeste de informar que este Comando recomenda o estudo e aplicação das referidas normas.

3. A citada Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 encontra-se publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2008, podendo ser acessada por meio da internet.

LEONEL GLYCÉRIO NETO – Cel
Chefe Interino do Estado-Maior do CMNE

5) Complemento de Soldo: – Orientações

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito, versando sobre Complemento de Soldo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 19 de maio de 2008.

Of nº 123 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

**CIRCULAR
URGENTE**

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Chefe da 7^a Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: complemento de soldo

Anexo: Of nº 121 -Asse Jur-08 (A1/SEF) –
CIRCULAR URGENTE, de 16Maio08

1. Versa o presente expediente sobre cancelamento do pagamento do complemento de soldo.
2. Esta Secretaria vem sendo consultada amiúde sobre o tema em epígrafe, mormente no que tange a eventuais razões, conforme apurado em processo administrativo, em face das quais a continuidade da percepção da aludida verba seria justificável.
3. Em face dessa repetição dos questionamentos, este Órgão de Direção Setorial (ODS) remeteu documento circular às Regiões Militares, com o objetivo de esclarecer dúvidas suscitadas acerca do assunto.
4. Isso posto, remeto-vos o presente expediente juntamente com a cópia do documento enviado aos Grandes Comandos Administrativos, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, em razão da eventual necessidade de pronunciamento dessa Inspeção.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)

Brasília, 16 de maio de 2008.

Of nº 121 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

**CIRCULAR
URGENTE**

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Chefe da 7^a Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: complemento de soldo

Ref: a) Of nº 001-SEF/C Pex-CIRCULAR, de 11 Mar 08 e

b) Of nº 004-Sec Jur/C Pex/SEF-
CIRCULAR, de 30 Abr 08.

1. Versa o presente expediente sobre cancelamento do pagamento do complemento de soldo.

2. Esta Secretaria vem sendo consultada amiúde sobre o tema em epígrafe, mormente no que tange a eventuais razões, conforme apurado em processo administrativo, em face das quais a continuidade da percepção da aludida verba seria justificável.

3. Dessa maneira, tendo em vista a repetição dos questionamentos, este Órgão de Direção Setorial (ODS) tem a esclarecer o que se segue:

a. Em primeiro lugar, é preciso entender que as orientações exaradas pelos órgãos da Administração não são casuísticas, isto é, não têm por objetivo abranger toda e qualquer possibilidade eventualmente derivada de determinada disposição. Tal afirmativa tem aplicação quando se denota ser impossível precisar os casos em que o complemento de soldo poderia, em tese, ser justificado.

b.. Nesse sentido, qualquer pretensão por parte da Administração em relacionar, de maneira exaustiva, os casos justificáveis, seria temerária. Vale dizer, diante da miríade de razões que poderiam ser apresentadas sob o aspecto jurídico, ter-se-ia, pois, como desaconselhável a enumeração de hipóteses em que a continuidade do pagamento daquela verba seria cabível. Não obstante, é possível presumir que, em determinados casos, tal justificativa seria verificada de plano.

c. Ao expedir diretrizes acerca do assunto, esta Secretaria solicitou ao Centro de Pagamento do Exército (CPEx) que orientasse as Organizações Militares (OM) com encargos de órgãos pagadores a adotar uma série de medidas com base na **Lei 9.784, de 29 Jan 1999**.

d. Diante disso, dúvidas passaram a ser levantadas acerca da aplicação do **art. 54** do referido diploma legal ao caso em concreto. Com efeito, tal dispositivo afirma que "*o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má fé.*".

e. O comando acima, na realidade, apenas transformou em *lei* uma orientação que, havia muito, encontrava-se sedimentada na jurisprudência pátria (nesse sentido, *vide* REsp 515.255/RS). Na realidade, o direito/dever da Administração em anular seus atos, quando viciados por ilegalidade, deve ser exercitado de forma complementar à *estabilidade das relações jurídicas* que deve prevalecer junto aos administrados. Deveras, denotam-se inúmeras decisões nesse sentido, antes mesmo da Lei 9.784, de 1999, apontando que a Administração não poderia rever seus atos a qualquer tempo, estando, ao contrário, adstrita a princípio maior: o da *segurança jurídica*.

f. Significa dizer que se o inativo ou pensionista recebe o *complemento de soldo* em razão de ato administrativo concessório com *mais de cinco anos*, não pode a Administração Militar cancelar o pagamento do mesmo, ainda que sob a escusa de ilegalidade, a menos que seja comprovada a *má fé* do beneficiário. Trata-se, pois, de aplicar o disposto no aludido art. 54 da Lei 9.784, de 1999, mesmo que a referida verba tenha sido implementada antes do advento de tal norma.

g. Dessa maneira, à luz do já exposto por esta Secretaria, reafirma-se o entendimento de que **o processo administrativo a ser realizado** pelas OM com encargos de órgãos pagadores de inativos e pensionistas, visando à verificação do cabimento quanto ao pagamento do complemento de soldo, **deve seguir o disposto na Lei 9.784, de 1999, inclusive no que tange à aplicação do art. 54 dessa norma.**

h. É afirmar: se o administrado estiver recebendo o complemento de soldo há mais de cinco anos, não será possível à Administração, neste momento, cancelar o pagamento da verba, a não ser que seja comprovada má fé por parte do interessado.

i. Nesse norte, o processo administrativo a ser desencadeado, nos termos da aludida lei, deve verificar o tempo decorrido desde a implementação do complemento de soldo em favor do interessado e, além disso, analisar se esse recebimento decorre de má fé do mesmo.

j. Nesse contexto, é preciso tecer comentários acerca da incidência do prazo decadencial no tocante à eventual *reversão* da pensão militar que contenha o complemento de soldo. Para tais casos, o raciocínio deve ser o mesmo, sendo considerada como *dies a quo* – o termo inicial –, para efeito de aplicação do art. 54 da Lei 9.784, de 1999, a data em que a referida verba foi implementada. Ou seja: **a data em que o complemento de soldo passou a ser pago ao instituidor da pensão é que deve ser considerada como marco primeiro do prazo decadencial a que alude o dispositivo retro mencionado, mesmo nos casos de reversão desse benefício.**

l. Dessa forma, tanto os beneficiários imediatos da pensão militar como aqueles que adquirem essa qualidade por *reversão* continuarão a fazer jus ao complemento de soldo se tal verba tiver sido deferida ao instituidor há mais de cinco anos.

m. Deve-se trazer à consideração, ainda, a hipótese de o Tribunal de Contas da União (TCU) já ter se manifestado favoravelmente quanto à legalidade de pensões que incluam, dentre suas verbas, o complemento de soldo. Com efeito, se aquela egrégia Corte de Contas não houver se pronunciado sobre a questão, deverá o órgão pagador atuar conforme a orientação contida nas alíneas acima. No entanto, se já existir pronunciamento do TCU, deve-se observar o disposto no parágrafo segundo do art. 260 do Regimento Interno daquele Tribunal:

Art. 260. (...)

§ 2º O acórdão que considerar legal o ato e determinar o seu registro não faz coisa julgada administrativa e poderá ser revisto de ofício pelo Tribunal, com a oitiva do Ministério Público, dentro do prazo de cinco anos do julgamento, se verificado que o ato viola a ordem jurídica, ou a qualquer tempo, no caso de comprovada má-fé.

n. Isso significa que se o TCU já tiver se pronunciado sobre a legalidade de uma pensão que incluía, dentre suas verbas, o complemento de soldo, a Administração Militar somente poderá proceder ao cancelamento da mesma se, além de não haver decorrido cinco anos do implemento, não houver passado, tampouco, cinco anos do julgamento da pensão pela aludida Corte de Contas.

o. Se o complemento de soldo tiver sido deferido há menos de cinco anos, mesmo que o TCU já tenha se pronunciado sobre a legalidade da pensão que o incluía, será possível, de acordo com o estipulado no dispositivo acima, proceder ao cancelamento da verba. Para tanto, vencido o processo administrativo, deverá o órgão pagador, mencionando a violação à ordem jurídica, nos termos do Of nº 298-Asse Jur-07 (A1/SEF), de 07 Dez 07 – anexo ao ofício da referência b) – e do Parecer 074/AJ/SEF, de 31 Ago 06 – disponível no sítio desta Secretaria (<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/home.htm>) –, remeter a questão ao controle interno que, por sua vez, a encaminhará ao TCU. Ouvido o Tribunal e confirmando o mesmo a ilegalidade do complemento de soldo para a pensão respectiva, poderá, enfim, o órgão pagador suprimir o pagamento da verba.

p. Na hipótese de o complemento de soldo ter sido deferido há mais de cinco anos e houver o TCU confirmado a legalidade da pensão que o incluía, somente será possível remeter-se a questão àquela Corte de Contas se comprovada a **má fé** do beneficiário, mediante processo administrativo, eis que nesse caso, nos termos do parágrafo segundo do art. 260 do Regimento Interno acima mencionado, assim como no art. 54 da Lei 9.784, de 1999, não há subsunção ao prazo decadencial de cinco anos.

4. Isso posto, em face das considerações acima expostas, remeto o presente expediente a Vossa Excelência, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

6) Suprimento de Fundos – Novos procedimentos

- MSG SIAFI 2008/0727909, de 27/06/08, do Chefe da 7ª ICFEx.

ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDOS - NOVOS PROCEDIMENTOS - 7 ICFEX - S/3

DO: CH 7ª ICFEX

AO: SR OD UG VINCULADOS

REF.: A) PORTARIA NR 011- SEF (PORT NR 011/08-SEF); E

B) PORTARIA NR 012- SEF (PORT NR 012/08-SEF), AMBAS DE 16/06/08.

*** MENSAGEM CIRCULAR NR 093/2008-S/3 ***

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZACAO DO CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF) A SEREM ADOTADOS PELAS UG, POR OCASIAO DAS NORMAS CITADAS NA REFERENCIA, PUBLICADAS NO BOLETIM DO EXERCITO (BE) NR 25/2008, DE 20/06/08.

2. SOBRE O ASSUNTO, INFORMO-VOS QUE A PORT NR 011/08 - SEF, REVOGOU A PORT. NR 002-SEF, DE 27/02/08, QUE TRATAVA SOBRE A UTILIZACAO DO CPGF, NO AMBITO DO COMANDO DO EXERCITO.

3. EM CONSEQUENCIA, A PORT. NR 012-SEF/08, DISPOE SOBRE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZACAO DO CPGF, BEM COMO DA CONTA CORRENTE TIPO "B", PELO COMENDO DO EXERCITO. TAIS MODIFICACOES FORAM MOTIVADAS PELO CONTIDO NO DECRETO NR 6.467, DE 30/05/08, QUE ACRESCEU DISPOSITIVOS AO ART. 3 DO DECRETO NR 6.370, DE 01/02/08.

4. DENTRE AS INOVACOES PROPOSTAS PELA PORT NR 012-SEF/08, DESTACAM-SE AS SEGUINTE:

A) UTILIZACAO DO CPGF TAMBEM NA UNIDADE ORCAMENTARIA (UO) FUNDO DO EXERCITO (ART. 3 DA PORT. NR 012/08-SEF).

B) SAQUE DE RECURSOS: SOMENTE OCORRERA, PELO PORTADOR DO CPGF, SE ESTIVER PREVISTO NO ATO DE CONCESSAO DO SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF), ALEM DA NECESSARIA DISPONIBILIDADE DE NUMERARIO ESPECIFICO PARA ESSE FIM (VINCULACAO 412 NO LIMITE DE SAQUE) - & 1 DO ART. 7 DA PORT NR 012/08-SEF);

C) JUSTIFICATIVA (S) POR PARTE DO AGENTE SUPRIDO, PELA REALIZACAO DE SAQUES, DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/PRESTACAO DE SERVICOS DE PRONTO PAGAMENTO E ENTREGA IMEDIATA, ENQUADRADAS COMO SF (& 2 DO ART. 7 DA PORT. NR 012/08-SEF);

D) USO DA CONTA CORRENTE TIPO "B", PARA O ATENDIMENTO DE DESPESAS ENQUADRADAS COMO SF, NA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZACAO DO CPGF. DEVE-SE, ENTRETANTO, OBRIGATORIAMENTE, JUSTIFICAR O USO DESSA SISTEMATICA, TANTO NA AUTORIZACAO DO SUPRIMENTO DE FUNDOS (ASF) COMO NO RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS MENSL - RPCM (ART. 9 DA PORT. NR 012/08-SEF).

5. ISTO POSTO, SOLICITO-VOS MANDAR DESCONSIDERAR TODAS AS MENSAGENS ANTERIORMENTE EMITIDAS POR ESTA SETORIAL, QUE MENCIONAM ORIENTACOES CONTRARIAS AO PRESENTE DOCUMENTO, NOTADAMENTE AS ABAIXO INDICADAS:

A) MENSAGEM NR 2008/0193715 (CIRC NR 025/2008-S/3) - 7 ICFEX, DE 19/02/08;

B) MENSAGEM NR 2008/0208662 (CIRC NR 029/2008-S/3) - 7 ICFEX, DE 22/02/08; E

C) MENSAGEM NR 2008/0263517 (CIRC NR 038/2008-S/3) - 7 ICFEX, DE 06/03/08.

6. DO EXPOSTO, NOS ITENS ANTERIORES DESTA MENSAGEM, DEVE-SE CONSIDERAR A "EXCEPCIONALIDADE" DE UTILIZACAO DA CONTA CORRENTE TIPO "B", NOS TERMOS DO ART. 9 DA PORT. NR 012/08-SF. COM ISSO, ESTA INSPETORIA RECOMENDA AOS SRS OD A CONTINUIDADE DOS ESFORCOS PARA REALIZACAO DE SF, POR INTERMEDIO DO CPGF, CONFORME DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

RECIFE-PE, 27 DE JUNHO DE 2008

JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE 7 ICFEX

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

7) Exame de Pagamento de Pessoal: - Orientações

1. Tendo em vista a publicação da Portaria Nr 008-SEF, de 06 Mai 08, que aprova as Normas para o Exame de Pagamento de Pessoal, no intuito de orientação, solicito atentar para as prescrições a seguir relacionadas, a serem observadas quando da realização do Exame de Pagamento de Pessoal:

- Para a realização do exame de pagamento de pessoal, o Ordenador de Despesas (OD) deverá designar em BI a equipe encarregada, que será chefiada por um oficial, o qual terá, no mínimo, um auxiliar (oficial, subtenente, sargento ou servidor civil), não podendo nenhum deles pertencer à Seção de Inativos e Pensionistas (SIP) ou ao setor que trate do pagamento de pessoal da UG (Set Pes), Setor Financeiro (Set Fin) e Setor de Suporte Documental da UG (SSD);

- Os militares e os servidores públicos civis na ativa ou em exercício, na inatividade e os pensionistas terão os contracheques examinados, pelo menos uma vez ao ano, conforme relação mensal elaborada pelo OD e publicada em BI;

- Os agentes da administração que trabalham nas seções que geram direito remuneratório ou processam pagamento de pessoal, deverão ter os seus contracheques examinados, no mínimo, duas vezes ao ano, conforme indicação do OD;

- Para exercer as funções de chefe ou auxiliar da equipe de exame de pagamento de pessoal, os militares recém-chegados terão que, obrigatoriamente, ter participado da instrução sobre o Exame de Pagamento de Pessoal, ministrada para os Quadros da UG/OP;

- Caso os espelhos dos contracheques não estejam disponíveis, a equipe de exame de pagamento deverá realizar a consulta dos mesmos através do CICS ON LINE.

- Ao Ordenador de Despesas, dentre outras atribuições, incumbe: transmitir os arquivos do pagamento de pessoal;

- Ao Chefe do Setor de Pessoal, além das atribuições previstas em legislação específica, incumbe: ministrar instruções sobre o exame de pagamento de pessoal para os Quadros da UG, confeccionar a nota para BI para nomeação da equipe do exame de pagamento, fornecer à equipe do exame os meios e documentação necessários para a execução do referido exame, entregar ao chefe da equipe uma cópia da mensagem do SIAFI em que o CPEx informa a disponibilidade dos relatórios e dos demais documentos necessários ao exame, confeccionar o despacho do OD conforme as determinações emitidas pelo mesmo, e confeccionar a nota para BI para a publicação do Relatório do Exame de Pagamento de Pessoal e o respectivo despacho do OD;

- Em SIP localizada em sede de Regiões Militares (RM) deverá, também, ser nomeada uma equipe exclusiva para a realização do exame de pagamento de pessoal a ela vinculado;

- A publicação, em BI, do Relatório com o despacho do OD deverá ser realizada até o 4º dia útil do mês subsequente ao que se refere o pagamento;

- A Remessa do Relatório de Exame de Pagamento de Pessoal à 7ª ICFEx deverá ser efetuada juntamente com o Relatório de Prestação de Contas Mensal.

2. De acordo com o acima exposto solicito, ainda, que seja de pleno conhecimento do Setor de Pagamento de Pessoal e das equipes de exame de pagamento de pessoal, o inteiro teor da portaria supracitada bem como as presentes orientações.

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

Transcrito da Nota para BINFO Nº 005-S2/Aud, de 10 Jun 08)

8) Vinculação de ND/Subitens não tabelados, via SIDEC

MSG SIAFI NR 2008/0716929, DE 25/06/08, desta Inspetoria.

ASSUNTO: VINCULAÇÃO DE ND/SUBITENS NAO TABELADOS, VIA SIDEC

DO: CH 7ª ICFEX

AO: SR OD UG VINCULADAS

*** MENSAGEM CIRCULAR Nº 089/2008, S/3 ***

1. RETRANSMISSAO DA MSG SIASG NR 2008/047582-DLSG/SIASG/DF, PARA CONHECIMENTO E PROVIDENCIAS:

.....
SENHORES USUÁRIOS,

COMUNICAMOS QUE A VINCULAÇÃO ND/SUBITEM DEVERÁ SER SOLICITADA, SOMENTE VIA SIASG, SIDEC, PEDIDO, IALPEDITEM (INCLUI/ALTERA PEDIDO DE ITEM), INFORMANDO OS SEGUINTE DADOS:

- 1) ND/SUBITEM A SEREM VINCULADOS; E
 - 2) CÓDIGO DO SERVIÇO OBJETO DA LICITAÇÃO E CONSTANTE DO CATSER.
- PARA UTILIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO ACIMA, PROCEDER DA SEGUINTE FORMA:

A) TECLE >ENTER> PARA PEDIDO NOVO; Assunto: VINCULACAO DE ND/SUBITENS NAO TABELADOS, VIA SIDEC - 7 ICFEX - S/

B) PREENCHER OS DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PEDIDO E OS CAMPOS;

C) "TIPO": (M-MATERIAL, S-SERVIÇO);

D) "ITEM": EXEMPLO: VINCULAÇÃO DE ND/SUBITEM NÃO TABELADOS;

E) "SIGLA": DIGITAR UN (UNIDADE) E TECLAR "ENTER";

F) "CARACTERÍSTICAS FÍSICAS": TEXTO LIVRE E COMO EXEMPLO: SOLICITO VINCULAÇÃO ND/SUBITEM 339039/05 AO CÓDIGO DO SERVIÇO 1234;

G) "APLICAÇÃO": CAMPO OBRIGATÓRIO. INFORMAR "ITEM 3" - DADOS LICITACAO"; TECLAR "ENTER" PARA CONFIRMACAO DO PEDIDO E APARECE NO RODAPÉ A MENSAGEM: CONFIRMA INCLUSAO: (C-CONFIRMA, N-NAO CONFIRMA, A-ALTERA);

H) DIGITAR "C" E APARECERÁ NA TELA Nº DO PEDIDO GERADO AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA QUE DEVERÁ SER ANOTADO, IMPRESSO E/OU CONTROLADO PELO RESPONSÁVEL DO PEDIDO NA MELHOR FORMA POSSÍVEL PARA ACOMPANHAMENTO;

I) PARA ACOMPANHAMENTO DO PEDIDO, ACESSE O SIDEC, PEDIDO, COMPEDITEM (CONSULTA PEDIDO ITEM ENVIADO), INFORMANDO Nº DO PEDIDO GERADO CONFIRMAÇÃO DA INCLUSÃO, TECLANDO "ENTER" 3 VEZES QUE APARECERÁ NA 3ª TELA O MOTIVO DA ACEITAÇÃO/DEVOLUÇÃO"; QUANDO "ACEITO", FOI FEITA A VINCULACAO E QUANDO "DEVOLVIDO", O RESPONSÁVEL P/PEDIDO DEVERA ANALISAR O "MOTIVO DA DEVOLUCAO", ALTERAR O PEDIDO, MANTENDO O MESMO NR E CONFIRMAR A ALTERAÇÃO QUE O PEDIDO RETORNARA A BASE DO CATALOGADOR INICIAL PARA ANALISE.

EM CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM A CSS - CENTRAL DE SERVIÇOS/SSERPRO - 0800-9782329.

ATENCIOSAMENTO,

GERÊNCIA OPERACIONAL DO SIASG/CATALOGAÇÃO DE MATERIAIS
E SERVIÇOS /DLSG/SLTI/MP

.....
2. EM CONSEQUENCIA, SOLICITO-VOS MANDAR QUE OS SETORES COMPETENTES ATENTEM PARA O TEOR DAS ALINEAS "G)" E "I)", ITEM 3), DA MENSAGEM ACIMA TRANSCRITA, QUE ALTERAM ORIENTACOES ANTERIORMENTE TRANSMITIDAS.

RECIFE-PE, 25 DE JUNHO DE 2008
JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE 7ª ICFEX

OBS.: ESTA MENSAGEM SUBSTITUI A MENSAGEM Nr **2008/0716361-7 ICFEX, DE 25/06/08.**

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

9) Autorização para concessão de Suprimento de Fundo

MSG SIAFI NR 2008/0721952, DE 26/06/08, da D CONT.

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDO

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SR CH DE ICFEX

SOLICITO ESSA CHEFIA, ORIENTAR SUAS UG DE VINCULAÇÃO, QUE OS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DEVERÃO SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DA PORTARIA Nº 012-SEF DE 16 DE JUNHO DE 2008.

BRASILIA - DF, 26 DE JUNHO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

10) SISCUSTOS – Orientações Complementares

MSG SIAFI NR 2008/0646355, DE 09/06/08, da 7^a ICFEx.

ASSUNTO: SISCUSTOS – ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES

DO: CH DA 7^a ICFEX

AO: SR(S) OD UG VINCULAS

REF.: MSG SIAFI Nº 2008/0638322-7^a ICFEX, DE 05/06/08.

1. RETRANSMISSÃO DA MENSAGEM Nº 2008/0638405-D CONT, DE 06/06/08, A FIM DE CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS:

.....
DO DIRETOR DE CONTABILIDADE
AO SR CH ICFEX

1. CONFORME O PLANEJAMENTO INICIAL E ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS AOS PARTICIPANTES DO ESTÁGIO DE CUSTOS PARA AS ICFEX, EM OUT/2007, REALIZADO NESTA DIRETORIA, SOLICITO-VOS OBSERVAR OS PRAZOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA:

-NAS OM SEDE ATÉ 30/JUN; E

-NAS OM FORA DA SEDE ATÉ 01/DEZ/08.

2. PARA GARANTIR INFORMAÇÕES MAIS ADEQUADAS E MELHORAR O SUPORTE À GESTÃO, A D CONT ESTABELECE QUE AS OM TENHAM CADASTRADOS, "NO MÍNIMO", OS SEGUINTE CENTROS DE CUSTOS:

UG COM AUTONOMIA

80101 80112
80102 80113
80106 80114
80108 80118
80109 80122
80110 80125
80139
60203
00301
066XX(QUANDO COUBER)
15102(QUANDO COUBER)
15109

UG SEM AUTONOMIA

80101
80102
80106
80118
80125 (QUANDO COUBER)
80139
60203
00301
15109

3.AS ICFEX DEVERÃO FISCALIZAR O CADASTRAMENTO PREVISTO NO ITEM 2 ATÉ AS DATAS PREVISTAS NO ITEM 1.

4.AS ICFEX DEVERÃO REPASSAR ESTAS INSTRUÇÕES ÀS SUAS OM VINCULADAS

BRASÍLIA-DF, 06 DE JUNHO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

2. EM CONSEQUÊNCIA, SOLICITO AOS SRS OD MANDAR QUE OS SETORES RESPONSÁVEIS CONCLUAM O CADASTRAMENTO DE INFORMAÇÕES NO SISCUSTOS ATÉ O DIA 30 JUN 08, IMPRETERIVELMENTE, CASO NÃO TENHA SIDO FEITO, BEM COMO CUMPRIR O CONTIDO NO ITEM 2 DA MENSAGEM ACIMA TRANSCRITA.

RECIFE-PE, 09 DE JUNHO DE 2008

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT
CHEFE 7^a ICFEX

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

11) Orientação SISCUSTOS

MSG SIAFI 2008/0728678, de 27/06/08, da D CONT.

ASSUNTO: ORIENTAÇÃO SISCUSTOS

DO SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

AO SR CH DA 7ª ICFEX

A DIRETORIA DE CONTABILIDADE - D CONT, GESTORA DO SISTEMA GERENCIAL DE CUSTOS - SISCUSTOS, VEM OBSERVANDO QUE OS MILITARES/CIVIS CADASTRADOS NO SISCUSTOS COMO GERENTE E OPERADORES EM SUAS RESPECTIVAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NÃO ESTÃO REPASSANDO OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS SOBRE O SISTEMA QUANDO SÃO TRANSFERIDOS.

COM A FINALIDADE DE DAR CONTINUIDADE A OPERAÇÃO DO SISCUSTOS, SOLICITA-SE AOS CHEFES DE ICFEX QUE RECOMENDEM AOS COMANDANTES, CHEFES E DIRETORES A TRANSMISSÃO DOS CONHECIMENTOS ÀS SUAS UG/OM VINCULADAS.

SOLICITA-SE, AINDA, OBSERVAR O PRESCRITO NO ART 13, INCISO I, DA PORTARIA 932 DO CMT DO EX, DE 19 DEZ 2007, QUANTO À PUBLICAÇÃO EM BI DO GESTOR DE CUSTOS E DO OPERADOR DE CUSTOS.

BRASÍLIA-DF, 27 DE JUNHO DE 2008.

RICARDO MARQUES FIGUEIREDO - CEL
SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, os Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

11) Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2008/0638405	D Cont	Prazos SISCUSTOS
SIAFI 2008/0650439	7ª ICFEx	Pagamento de Diárias em deslocamento a serviço
SIAFI 2008/0692515	7ª ICFEx	Despesas com OCS/PSA - Orientação
SIAFI 2008/0692874	DGO	Transposição de Créditos
SIAFI 2008/0735466	DGO	Inscrição do CNPJ – 2ª Prorrogação de prazo
SIAFI 2008/0735557	C PEx	Novo Módulo OD do SISCONSIG
SIASG 047629	DLSG/SIASG/DF	Portaria Interministerial Nº 165, de 20 de Junho de 2008
SIASG 047742	DLSG/SIASG/DF	Orientação sobre vinculação ND/Subitem via SIDEC

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

1. Informações do tipo “Você sabia ...?”

a. Que as despesas com telefonia relativas à PNR não devem estar incluídas na fatura correspondente aos serviços contratados pelas UG?

b. Que é recomendável que os Comandos de Regiões Militares determinem providências às suas UG para que sejam utilizadas faturas distintas para telefonia da UG e de PNR, sendo as despesas decorrentes de PNR cobertas integralmente pelos próprios usuários?

c. Que foi abolida a restrição de distância (75 Km) para a concessão do Auxílio-Transporte? (Port nº 269-DGP, de 11 Dez 07).

d. Que a Portaria nº 374 – Cmt Ex, de 31 Jul 02 é o diploma que regula os procedimentos para a comprovação do transporte no âmbito da Força Terrestre?

e. Que o transporte pago em espécie ao militar deverá ser por ele comprovado no prazo máximo de trinta dias após a execução do transporte, ressalvado o previsto no art.52 do Dec 4.307, de 18 Jul 02?

f. Que artigo citado anteriormente prescreve que para a execução do transporte, ficam estabelecidos os seguintes prazos, a contar da data do desligamento do militar da sua unidade de origem:

- 270 dias – nos casos em que os dependentes do militar seguirem destino em época diferente do mesmo;

- 60 dias – nos casos em que o militar da ativa é movimentado em decorrência de comissão de duração superior a seis meses; e

- 30 dias – nos casos em que o militar da ativa for licenciado ex officio por conclusão do tempo de serviço ou de estágio e por conveniência do serviço.

g. Que a comprovação em tela será feita pelo militar, em sua OM de destino, a partir do preenchimento da Declaração da Execução do Transporte, conforme modelo constante da Port. 374?

h. Que em decorrência da exclusão no Manual do SIAFI das macrofunções **02.03.14** - conformidade diária e **02.03.15** - conformidade contábil (antiga), esses códigos foram **reutilizados** da seguinte forma: 02.03.14 – **conformidade de registro de gestão** e 02.03.15 - **conformidade contábil (nova)**?

GERALDO LUIZ DOS SANTOS – Ten Cel Int

Rsp pela Chefe da 7ª ICFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever.”